

#01

PROPOSTAS DE PESQUISA
MARÇO 2020



CONVÍVIO COM DIVERSIDADE E COLABORAÇÃO COMUNITÁRIA

Convívio com diversidade e colaboração comunitária

A relação entre colaboração comunitária e diversidade é contenciosa dentro do estudo de sociedades democráticas. Por um lado, a colaboração e o senso de comunidade são tidos como elementos essenciais para o capital social e para a formação de uma sociedade civil com interesses comuns – um fator crucial para o autogoverno coletivo e para a democracia deliberativa (Walzer 1995; Kymlicka 1992; Putnam 2007; Anderson 2010). Dessa perspectiva, a democracia, por mais que seja um sistema político, depende de certos elementos sociais, como o diálogo, a deliberação, e uma identidade coletiva que valorize os interesses públicos e os processos democráticos (Fishkin 1995; Scruton 1990; Diamond 2009). No entanto, a coesão comunitária que caracteriza cenários sociais de colaboração é associada à homogeneidade cultural, étnica e ideológica. Identidades étnicas e culturais compartilhadas favorecem uma identidade cívica forte, que, por sua vez, desperta o sentido de pertencimento e estimula a confiança social e a colaboração comunitária (Stolle et al 2008; Scruton 1990). Assim, esse aspecto da colaboração comunitária gera dilemas para a democracia em cidades modernas, caracterizadas por níveis elevados de diversidade em decorrência de processos migratórios regionais e internacionais (Beiner 1995; Putnam 2007). A diversidade cultural, étnica e intelectual é associada a níveis elevados de inovação (Putnam 2007), mas o processo de diversificação em comunidades pode diminuir a colaboração e a confiança social. Cabe, então, ao estudo desses processos investigar em quais condições algumas sociedades crescem na diversidade e em quais condições outras sociedades se fragmentam graças a ela.

A COLABORAÇÃO E O SENSO DE COMUNIDADE SÃO TIDOS COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA O CAPITAL SOCIAL E PARA A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE CIVIL COM INTERESSES COMUNS

A colaboração comunitária, ou normas e comportamentos sociais em prol de interesses coletivos (Diamond 2009; Scruton 1990), possui um papel fundamental para democracias, que se desdobra em quatro principais aspectos: (i) redes de apoio por meio das quais decisões coletivas são tomadas (Putnam 1993; Stolle et al 2008); (ii) confiança individual nos processos coletivos de deliberação (Fishkin 1995; Finkel 1985); (iii) um palco no qual a democracia é praticada no cotidiano e torna-se hábito (Dewey 1939); e (iv) difusão de

valores culturais que fortalecem as bases da democracia por meio da socialização (Diamond 2009; Neundorf e Smets 2017). Afinal, a incorporação de valores democráticos à cultura dos cidadãos deve vir de baixo para cima, e as comunidades são as unidades mínimas de interação coletiva nesse sistema – o que os gregos chamavam de Polis, e o que pensadores modernos definem como a sociedade civil (Walzer 1995).

A ausência de colaboração comunitária pode enfraquecer a sociedade civil de duas principais maneiras. De um lado, o que Putnam (2007) chama de “encolhimento” da sociedade civil ocorre quando a confiança social é extremamente baixa e inibe qualquer interação social, desfazendo os laços sociais de uma comunidade. De outro lado, a ausência de colaboração comunitária pode gerar subgrupos dentro de uma sociedade, grupos com identidades particularizadas fortes que caracterizam um cenário de sectarismo e fragmentação. Assim, uma identidade coletiva básica que seja maior do que grupos e do que indivíduos é essencial para uma democracia.

A INCORPORAÇÃO DE VALORES DEMOCRÁTICOS À CULTURA DOS CIDADÃOS DEVE VIR DE BAIXO PARA CIMA, E AS COMUNIDADES SÃO AS UNIDADES MÍNIMAS DE INTERAÇÃO COLETIVA NESSE SISTEMA

O senso de comunidade, utilizado para mensurar esse grau de colaboração (Anderson 2010), é associado a diversos benefícios no nível local, incluindo uma maior sensação de pertencimento, níveis de participação cívica (Finkel 1985) e a sensação individual de eficácia política (Galston 2001). Ao mesmo tempo, o senso de comunidade é mais elevado em sociedades homogêneas, cuja identidade coletiva é coesa e forte (Putnam 2007). Nesse contexto, um grau de uniformidade cultural, ideológica e demográfica é associado a níveis elevados de confiança interpessoal e à formação de redes sociais, ambos elementos centrais para a colaboração comunitária e para o capital social (Putnam 1993; Stolle et al 2008).

De fato, um dos debates modernos sobre democracia e sociedade civil gira em torno justamente dessa proposição em relação à diversidade (Beiner 1995; Fish e Brooks 2004), seja ela a diversidade cultural e étnica, ou até mesmo a diversidade ideológica. De um lado desse debate, pensadores como Will Kymlicka (1992) e Roger Scruton (1990) apontam que a identidade coletiva é essencial para a democracia e está em risco de se desintegrar perante a diversidade. “Se afirmar diferenças sociais é necessário para integrar grupos marginalizados na cultura comum,” afirma Kymlicka (1992; citado em Beiner 1995:6), “pode deixar de existir uma cultura comum”. Afinal, as principais fontes da colaboração – interesses compartilhados, valores compartilhados e a interação iterada (Hardin 2002) – tendem a diminuir em cenários de diversificação.

De outro lado desse debate, pensadores como Ronald Beiner (1995) e Bhikhu Parekh (1990), argumentam que a exclusão de diferença do palco de deliberação em prol de uma cultura

compartilhada é, em sua essência, antidemocrática. Como, então, produzir sociedades civis vibrantes em cidades modernas onde aflora o pluralismo cultural? A literatura aponta para dois principais fatores que permitem a criação de identidade coletiva de modo a superar o particularismo de subgrupos: o grau de convívio com a diferença e o nível socioeconômico.

Os efeitos do convívio com a diferença para a colaboração comunitária em cenários de diversidade têm seus fundamentos na teoria do contato inter-grupos (Allport 1954). Testada e confirmada (Pettigrew 1997; Paxton e Ressler 2018), essa teoria demonstra que o contato entre membros de diferentes grupos sociais diminui o preconceito social e produz colaboração independentemente de diferenças. Isso ocorre, argumenta Pettigrew (1997), primeiramente pelo fato de as diferenças serem mais superficiais do que profundas, e que denominadores comuns podem ser encontrados na medida em que indivíduos percebem ter interesses em comum. Stolle et al (2008) observaram esses efeitos em um estudo que comparou o nível de diversidade em vizinhanças: embora os efeitos negativos da diversidade na colaboração tenham sido observados, a pesquisa também apontou que laços sociais criados por interações diárias mediam os efeitos negativos da diversidade na colaboração comunitária.

No entanto, outra hipótese contesta esses argumentos: a teoria do conflito sugere que a diversidade fomenta confiança particularizada em grupos e desconfiança dos membros fora de grupos particulares. De acordo com essa teoria, a frequência e a proximidade de convívio com a diferença étnica ou cultural estimula a divisão entre os “nossos” e os “outros” (Blumer 1958; Giles & Evans 1986; Quillian 1995, 1996; Brewer & Brown 1998; Bobo & Tuan 2006). Putnam (2007), contudo, adverte que a principal causa desse fenômeno é a disputa por recursos limitados. Assim, o nível socioeconômico geral de uma comunidade é um fator interveniente que media os efeitos da diversidade na colaboração comunitária.

Nesse sentido, a pesquisa conduzida por Letki (2008) aponta que o principal elemento para o enfraquecimento do capital social é o nível socioeconômico geral de uma comunidade, enquanto o efeito da diversidade racial é limitado. Assim, parece que a mentalidade de escassez, ou a disputa por recursos materiais, afeta como uma comunidade reage à diversidade. A hipótese de Welzel e Delhey (2012) concorda com a perspectiva de Putnam (2007) e Letki (2008) ao argumentar que, a partir de certo nível socioeconômico, indivíduos passam a buscar laços sociais para além de seus grupos particulares.

Neste contexto, a diversidade coexiste com a necessidade de uma identidade cívica compartilhada por não ser dependente de laços étnicos ou culturais. O pluralismo em si pode passar a ser um elemento dessa identidade cívica (Beiner 1995; Habermas 1995; Green 1999), que permite i) a percepção de interesses e valores compartilhados com pessoas diferentes; e ii) a ocupação da esfera pública como verdadeiramente “de todos”, ao invés das divisões entre “os nossos” e “os outros”. Além disso, uma sociedade civil coesa e diversa permite uma deliberação mais completa (Fishkin 1995), abrindo portas para inovação. Nesse contexto, o convívio com diversidade é uma necessidade das democracias modernas, e testar em quais condições ele emerge parece ser uma prioridade atual.

Sugestões para implementação:

- I. Investigar os efeitos da deliberação em contextos de diversidade. Utilizando mini-públicos para deliberação, sugere-se simular deliberações em contextos de diversidade e em contextos de homogeneidade, a fim de testar se a interação com a diversidade confirma a hipótese do conflito (Putnam 2007) ou a hipótese do contato (Allport 1954) listadas acima. Sugere-se também controlar por fatores que afetam o nível socioeconômico de comunidades.
- II. Investigar os efeitos de processos de *diversificação*, além dos efeitos da diversidade no longo prazo. Putnam (2007) argumenta que os efeitos da diversidade na colaboração comunitária são diferentes no curto e no longo prazo. A princípio, processos de diversificação tendem a diminuir a confiança e a inibir o contato social no geral, mesmo entre os grupos homogêneos da comunidade. No longo prazo, no entanto, cria-se uma identidade cívica mais abrangente que supera diferenças particularizadas, e a confiança e a colaboração passam a florescer. Para observar essa teoria na prática, sugere-se buscar comunidades locais que possuem altos níveis de diversidade demográfica há mais tempo (uma ou duas gerações) e contrastar os níveis de colaboração comunitária dessas com comunidades que estão no processo de diversificação ou que se diversificaram a menos tempo.
- III. Investigar os efeitos de *diferentes tipos de diversidade* na colaboração comunitária. As hipóteses que apontam ser possível criar uma harmonia entre a diversidade e a identidade cívica teorizam que essa harmonia precisa ser, realmente, criada: o contato e o nível socioeconômico são fatores que tornam essa coexistência possível, mas ela não necessariamente surge de maneira orgânica em sua ausência. Assim, sugere-se investigar se diferentes tipos de diversidade – cultural, étnica, religiosa, socioeconômica, intelectual, ideológica, política – produzem diferentes impactos na colaboração comunitária, e se alguns desses tipos dificultam a integração de uma identidade cívica mais do que outros. Sugere-se uma pesquisa a longo prazo para observar esses efeitos.

Bibliografia

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Oxford, England: Addison-Wesley.
- Anderson, M. R. (2010) Community Psychology, Political Efficacy, and Trust. *Political Psychology*, 31: 59-84.
- Beiner, R. *Theorizing Democracy*. SUNY Series in Political Theory: Contemporary Issues, 1995;
- Blumer, H. 1958. 'Race Prejudice as a Sense of Group Position', *Pacific Sociological Review* 1, 3-7.
- Bobo, L. D. & Tuan, M. 2006. *Prejudice in Politics: Group Position, Public Opinion and the Wisconsin Treaty Rights Dispute*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brewer, M. B. & Brown, R. J. 1998. 'Intergroup Relations', in Gilbert, D. T., Fiske, S. T. & Lindzey, G., eds, *Handbook of Social Psychology*, 4th edn. New York: Oxford University Press.
- Delhey, Jan and Welzel, Christian, *Generalizing Trust: How Outgroup-Trust Grows Beyond Ingroup-Trust* (October 18, 2012). *World Values Research*, WVR Volume 5, Number 3, 2012.
- Dewey, J. *Freedom and Culture*. New York: G. P. Putnam's Sons, New York.
- Diamond, L. *The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World*. St. Martin's Press, 2009.
- Finkel, S. (1985). Reciprocal Effects of Participation and Political Efficacy: A Panel Analysis. *American Journal of Political Science*, 29(4), 891-913.
- Fish, M. S. S. & Brooks, R. S. (2004). Does Diversity Hurt Democracy? *Journal of Democracy* 15(1), 154-166. Johns Hopkins University Press.
- Fishkin, J. *The Voice of the People: Public Opinion and Democracy*. New Haven, CT: Yale University Press, 1995.
- Galston, W. A. Political Knowledge, Political Engagement, and Civic Education. *Annual Review of Political Science*, 2001, 4:1, 217-234
- Giles, M. W. & Evans, A. 1986. 'The Power Approach to Intergroup Hostility', *Journal of Conflict Resolution* 30, 469-85.
- Green, J. *Deep Democracy: Community, Diversity, and Transformation*. Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- Habermas, J. *Citizenship and National Identity: Some Reflections on the Future of Europe*. In *Theorizing Democracy*. Ed. Ronald Beiner, 1995.
- Hardin, R. *Trust and Trustworthiness*. Russell Sage Foundation, 2002.
- Kymlicka, W. (1992) Two models of pluralism and tolerance. *Analyse & Kritik*, Volume 14, Issue 1, Pages 33-56.
- Letki, N. (2008). Does Diversity Erode Social Cohesion? Social Capital and Race in British Neighbourhoods. *Political Studies*, 56(1), 99-126.
- Neundorf, A., & Smets, K. (2017, February 06). *Political Socialization and the Making of Citizens*. Oxford Handbooks Online.
- Parekh, B. (1990). When will the State Wither Away? *Alternatives*, 15(3), 247-262.
- Paxton, P.; Ressler, R. Trust and Participation in Associations. In *The Oxford Handbook of Social and Political Trust*, Ed. Eric Uslaner, 2018.

- Pettigrew, T. F. (1998). Intergroup Contact Theory. *Annual Review of Psychology* 1998 49:1, 65-85.
- Putnam, R. (2007) *E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century*. Scandinavian Political Studies, Vol. 30 – No. 2.
- Putnam, R. D. (1993), What makes democracy work?. *Nat Civic Rev*, 82: 101-107.
- Quillian, L. 1995. 'Prejudice as a Response to Perceived Group Threat: Population Composition and Anti-immigrant and Racial Prejudice in Europe', *American Sociological Review* 60, 586 – 611.
- Quillian, L. 1996. 'Group Threat and Regional Change in Attitudes towards African Americans', *American Journal of Sociology* 102, 816–60.
- Scruton, R. (1990) *In Defense of the Nation*. In: Clark J.C.D. (eds) *Ideas and Politics in Modern Britain*. Palgrave Macmillan, London.
- Stolle, D., Soroka, S., & Johnston, R. (2008). When Does Diversity Erode Trust Neighborhood Diversity, Interpersonal Trust and the Mediating Effect of Social Interactions. *Political Studies*, 56(1), 57–75.
- Walzer, M. *The Civil Society Argument*. In *Theorizing Citizenship*, Ed. Ronald Beiner, 1995.